

PODER & POLÍTICOS

AGENDA

A chance de Sarney

O grande prato de resistência em toda a negociação que envolve a Constituinte em torno de um texto básico de Constituição é a forma de governo mais conveniente ao País, se parlamentarismo, presidencialismo ou a forma intermediária. E, dentro dessa discussão, a duração do mandato do atual Presidente da República constitui detalhe particularmente atraente nas negociações que se processam entre diferentes grupos autoconstituídos.

Políticos ligados ao presidente Sarney e ao deputado Ulysses Guimarães, ao mesmo tempo, imaginam a hipótese de negociar uma fórmula parlamentarista clássica com a concordância do Presidente da República, acenando, em troca, com a fixação do mandato em seis anos, tal como já se acha inscrito no texto constitucional em vigor.

Trata-se de convencer o presidente Sarney de que a tendência parlamentarista majoritária constitui uma realidade que ele não pode ignorar. Nesse caso, Sarney aceitaria uma fórmula de parlamentarismo clássico, com a eleição indireta do Presidente da República, ai sim transformado em mero Chefe de Estado.

Esses amigos do Presidente querem mostrar-lhe que o momento é propício à negociação de um novo regime, por cuja implantação ele, Sarney, se responsabilizaria. Lembra-se, a propósito, que a bipolarização entre Ulysses Guimarães e Mário Covas atropelou o senador José Richa.

O senador paranaense ressurgiu em grande estilo, constituindo um grupo, o "grupo dos 32", com figuras as mais representativas da Constituinte, como o veterano e organizado senador Virgílio Távora. Ao mesmo tempo em que Ulysses, sentido a importância da participação popular no trabalho constituinte, assumiu o papel de coordenador.

Na medida em que se caracterizava como o único grupo operacional na Constituinte, o "grupo dos 32" conferiu importância política à posição do senador José Richa, retirando-o do ostracismo e atraindo para negociações o "grupo do consenso", onde pontificam alguns dos parlamentares mais à esquerda do próprio PMDB.

A esquerda do PMDB procura, agora, o Instituto Israel Pinheiro (Salesianos) em busca da viabilização de suas propostas em penosas, mas sempre produtivas negociações com o "grupo dos 32". Como a viabilização da Constituinte é o grande passo para afirmação do poder político diante do impacto negativo do anteprojeto da Comissão de Sistematização, o grupo Richa dá a maior contribuição para esse passo à frente, surgindo como aquele que vai capitalizar atraentes dividendos políticos.

E forçoso reconhecer que, nesse episódio, o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, sofreu grande desgaste. Tendo sido eleito com uma votação consagradora para líder do partido hegemônico na Constituinte, esperava-se que Mário Covas comandasse as negociações para viabilizar o processo de elaboração constitucional. Infelizmente, isso não aconteceu. Covas ficou paralisado, enquanto grupos de base se autoconstituíram na Assembléia Constituinte.

O líder do PMDB na Constituinte ficou à margem das grandes decisões que estão sendo tomadas como fruto das negociações entre esses grupos. Verificou-se um grande avanço na negociação em torno dos grandes temas em pauta, mesmo os mais explosivamente polêmicos, como o da reforma agrária.

Agora, existe a expectativa de confronto no que diz respeito ao sistema de governo. Qualquer posição do Presidente da República fechando questão em torno da manutenção do regime presidencialista entrará em conflito com a tendência parlamentarista, que é nitidamente majoritária na Constituinte, como parece demonstrado.

Alguns políticos mais ligados a Sarney entendem que, ao invés de partir para o confronto, o Presidente da República deve aceitar a missão de comandar a transição do presidencialismo para o parlamentarismo. Nesse caso, esses parlamentares estarão dispostos a lutar para criar condições favoráveis à manutenção do mandato de seis anos para o atual Presidente, entendendo como necessário um estágio de dois anos para promover a transição do presidencialismo ao regime parlamentarista clássico, com eleição indireta do Presidente da República.

TARCISIO HOLANDA

9h30m — Reunião da Comissão de Sistematização, no auditório Nereu Ramos, para apreciação do parecer do relator Bernardo Cabral sobre o recebimento das propostas de emendas populares e discussão de dois projetos de decisão: do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que determina eleições diretas para presidente em 88, e do deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), sobre a realização de plebiscito popular para aprovação da nova Constituição.

10h — Sessão ordinária do Senado para apreciação da matéria que deveria ter sido examinada na sessão de ontem, suspensa por falta de quorum.

14h30m — Sessão ordinária da Constituinte para discussão, em primeiro turno, do projeto de Constituição. Estão inscritos oito oradores, entre os quais Lula (PT-SP), Aldo Arantes (PC do B-GO) e João Calmon (PMDB-ES).

18h45m — Sessão extraordinária da Constituinte para discussão do tema Educação. O deputado Florestan Fernandes, que vai falar pelo PT, é o sexto inscrito e deve fazer o seu discurso por volta das 20h30m. Também estão inscritos os deputados Alvaro Valle (PL-RJ) e Lídice da Mata (PC do B-BA).

18h45m — Entrega da emenda popular das diretas 88.

Atenção: O prazo para entrega de emendas ao projeto da nova Carta termina à zero hora de amanhã.

Hoje, mais emendas da sociedade

Além da emenda das "diretas já", hoje são esperadas várias outras propostas de iniciativa popular. Entre elas destacam-se duas propostas sobre direito da criança, a primeira do Fórum Permanente da Criança como Prioridade Nacional, com 50 mil assinaturas e a do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, com 30 mil.

Levada em mãos pelo próprio governador Waldir Pires, desembarca também hoje uma emenda baiana com 400 mil assinaturas contra o desmembramento do Estado. A entrega será às 14:30h e diversas entidades aderiram à campanha "A Bahia não se Divide".

ESTABILIDADE

Já às 15:30h será a vez de um grupo de 190 empresários gaúchos mostrarem sua indignação contra a estabilidade de emprego. Eles se uniram logo após a divulgação do relatório da Comissão de Ordem Social e conseguiram 33.049 adeptos contrários à jornada de quarenta horas, de trabalho, ao pagamento das férias em dobro e ao trabalho noturno restrito. O grupo denominado "Movimento pela Liberdade Empresarial", pretende que muitas dessas questões sejam apreciadas somente pela legislação ordinária. Esta emenda será entregue pessoalmente ao deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização.